

Economie - Brasil "País não tem mais um grupo hegemônico e a opção é a negociação"

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

16 FEB 1989
GAZETA MERCANTIL

Não existe mais nenhum grupo hegemônico na sociedade brasileira.

Com o fim da ditadura militar, multiplicaram-se os grupos que defendem interesses específicos, corporativistas com frequência, e a única alternativa para se resolver questões sobre as quais não existe consenso da sociedade é por meio de negociação. Um exemplo cristalino disso foram os dois anos de trabalho da Assembleia Constituinte, durante os quais grupos representando praticamente todos os setores que têm reivindicações a fazer foram a Brasília pressionar a favor das suas posições e negociar com os outros grupos.

Esta análise essencialmente política acabou sendo o ponto alto de um debate realizado ontem pela manhã na sede da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap), cujo tema básico não era nem a democracia nem o momento político brasileiro, mas sim A Ordem Econômica e Financeira, os Conflitos de Interesses e a Governabilidade — parte de um seminário sobre o Estado e administração pública promovido nos dois últimos dias pela Secretaria de Administração do governo paulista.

Mesmo sem fazer parte do grupo de palestrantes da manhã (ver matéria ao lado), a economista Maria da Conceição Tavares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acabou intervindo no debate e endossando as afirmações de que, pelo fato de não existir mais um grupo hegemônico no País, o caminho para a adoção de qualquer solução passa pela negociação. Ela lembrou o exemplo da Constituinte e dos primeiros dias de governo da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

NOVA REPÚBLICA

A tese de que não existe mais hegemonia de um grupo sobre a sociedade brasileira foi primeiramente levantada por dois dos debatedores, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, e Oliveira Ferreira, professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo, a partir de uma questão levantada pelo jornalista Roberto Müller Filho, vice-presidente deste jornal e ex-chefe de gabinete do Ministério da Fazenda na gestão de Dilson Funaro, sobre quais seriam as razões por que a Nova República só teria conseguido avançar nas questões em que há consenso. Hoje, existe mais liberdade de imprensa, as últimas eleições foram mais livres, haverá eleições presi-



16 FEB 1989
Maria da Conceição Tavares

denciais, por exemplo. Nas questões em que há divergências profundas na sociedade, porém, o País não encontra soluções.

Um desses pontos sobre os quais certamente não existe consenso na sociedade é o déficit público. É certo que largos setores — como os empresários, banqueiros, muitos economistas, por exemplo — defendem uma redução do déficit e sua pressão sobre o governo foi tão forte ultimamente que levou os ministros da área econômica a adotar medidas de corte linear, sem uma seleção do que cortar, na análise de Belluzzo. Outros grupos, porém, pressionam em sentido contrário — e o resultado é que não se conseguiu grandes avanços em termos de modernização do setor público.

LIQUIDEZ VERSUS FALENCIA

Belluzzo e Eugênio Staub, presidente da Gradiente e outros dos debatedores, consideraram que um programa de estabilização da economia para vencer a inflação — ponto sobre o qual existe consenso, havendo, porém, muitas divergências sobre como fazê-lo — teria necessariamente de tocar em um ponto de grande desequilíbrio atualmente. Enquanto o setor privado está altamente líquido e pouco endividado, de forma geral, o setor público está falido. Para Staub, seria preciso procurar um reequilíbrio, por meio do que ele chamou de "redução do estoque patrimonial de quem tem patrimônio".

O Plano Verão, exatamente por não mexer nessa composição de forças, tende ao fracasso. Belluzzo foi especialmente enfático nos seus comentários a esse respeito. Ele comparou a atual disposição do governo de manter os juros elevados à estória infantil do macaco que acaba grudado em um boneco de piche. O governo também estaria grudado nas elevadas taxas de juro, sem ter como reduzi-las. E isto porque se resolveu não se mexer no serviço das dívidas assumidas no passado, que se tornou sagrado, intocável.